

Maiores entidades sindicais patronais do país, as confederações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Agropecuária (CNA) e da Indústria (CNI) se uniram para pressionar o Congresso a elevar em até 1.140% o valor das contribuições sindicais pagas pelas empresas, estabelecer um indexador inflacionário para obter reajustes anuais e estender a cobrança para as micro e pequenas empresas.

A reportagem é de Raphael Di Cunto, publicada no jornal Valor.

O projeto vai reforçar o caixa da entidades, que não revelam o valor arrecadado com a contribuição compulsória, embora o dinheiro seja público. O governo tampouco preocupa-se com a publicidade - a Caixa Econômica Federal, responsável por distribuir o recurso, diz que os dados são sigilosos. O imposto sindical está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Para os trabalhadores com carteira assinada, corresponde a um dia de trabalho - e, por isso, aumenta anualmente com os reajustes para recompor as perdas inflacionárias.

Para as empresas, o valor está congelado desde 2000, quando o indicador que era usado para fazer o cálculo foi extinto. A maioria das entidades tentou negociar com suas filiadas o aumento do reajuste, quase sempre sem sucesso, e alguns sindicatos fizeram reajustes com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Esses aumentos, porém, são contestados em ações na Justiça. O projeto torna o INPC o índice oficial de reajuste, o que acabaria com a insegurança jurídica.

Pela lei, o valor a ser pago por empresas como contribuição sindical obrigatória é de no mínimo R\$ 11,40 e no máximo R\$ 5.367,94. O imposto é cobrado sobre um percentual do capital social da empresa, que varia de 0,8% a 0,02% de acordo com o tamanho da companhia.

Projeto apresentado pelo deputado Laércio Oliveira (PR-SE), vice-presidente da CNC, aumenta o piso para R\$ 141,53 e o teto para R\$ 66.615,34. A proposta também estende o pagamento da contribuição sindical às micro e pequenas empresas, que hoje ficam isentas ao aderirem ao Simples, programa que reduz os tributos para os pequenos empreendedores.

Para Oliveira, o reajuste na contribuição sindical vai dar mais clareza sobre o imposto e fortalecer as lutas dos empresários. "Há muitos sindicatos com problemas financeiros, que recebem o mesmo que em 2000. Como trabalhar se não tiver o mínimo de recursos?", questiona. "É claro que vai ter aumento de custos para as empresas, mas não é nada irregular nem descabido, só a correção inflacionária", diz.

As confederações, que ficam com 5% do imposto, não seriam as únicas beneficiadas. As federações recebem 15% do dinheiro, e os sindicatos, 60%. O governo também receberia sua parte - 20% da contribuição vai para a "Conta Especial Emprego e Salário", que alimenta o

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), usado para o pagar o seguro-desemprego.

O texto foi inserido em um projeto já aprovado no Senado e que tramita nas comissões da Câmara dos Deputados em caráter conclusivo. Por isso, se não houver recurso para que ocorra votação em plenário, a proposta volta para o Senado analisar apenas as mudanças feitas pela Câmara e depois vai direto para sanção da presidente Dilma Rousseff.

As alterações para acrescentar as empresas no projeto foram feitas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público a pedido das confederações, segundo o relator do projeto, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que é vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT). O texto foi aprovado no dia 17.

Também é da UGT o possível relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação, o deputado João Dado (PDT-SP), que pediu a relatoria antes mesmo da proposta chegar à comissão. O pedetista é, por enquanto, o único candidato à tarefa e aguarda o presidente do colegiado escolher o relator.

A central sindical, que tem sua força nos trabalhadores do setor de serviços, busca se

fortalecer nos sindicatos de profissionais liberais e de trabalhadores autônomos, que também serão beneficiados. Pelo texto, a contribuição para essas entidades passará de R\$ 5,70 para até R\$ 190. O valor exato seria decidido em assembleias de cada sindicato.

O presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL), Carlos Alberto de Azevedo, diz que a mudança é necessária para regulamentar a contribuição. "Há desde sindicatos que cobram o valor congelado, de R\$ 5,70, até os que exigem mais de R\$ 200. Precisa ter uma norma clara que não asfixie o caixa dos sindicatos e permita lutarmos pelos direitos dos trabalhadores do setor", afirma. A CNPL recebe cerca de R\$ 4 milhões por ano de imposto sindical.

Haverá, ainda, mudança no pagamento de produtores rurais que sejam pessoa física. A cobrança será diferenciada e ficará entre R\$ 26 a R\$ 12 mil, dependendo do valor da terra. A diferenciação foi um pedido da CNA, que tem como presidente a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), parlamentar que tem se aproximado do governo Dilma Rousseff. Já os produtores pessoa jurídica pagarão igual a todas as outras empresas.

A CNA negou, por meio de sua assessoria, o pedido para reajustar a contribuição sindical. Entretanto, o Valor teve acesso a e-mail enviado a Comissão de Trabalho pelo departamento de relações institucionais da entidade com pedido para que a Câmara aprovasse o projeto que aumenta o imposto sindical para as empresas.

No documento, a entidade sugere que a diferenciação para não prejudicar os pequenos agricultores e "nem atrapalhar à política do governo para o setor rural, que tem procurado estimular a agricultura familiar". A cobrança igualitária, segundo estudo da CNA, renderia à entidade mais R\$ 225 mil por ano. A confederação não divulga quanto a cobrança extra das empresas vai render.

Fonte: IHU, 28 de agosto de 2013